

Defensoria Pública de Minas abre inscrições para o primeiro Mutirão das Famílias em âmbito estadual

Edição de 2022 será em formato híbrido – presencial e remoto – com a participação de 42 unidades da DPMG

A Defensoria Pública de Minas Gerais vai realizar o primeiro Mutirão das Famílias em âmbito estadual, com a participação simultânea de 42 unidades – Belo Horizonte e 41 do interior. A iniciativa busca a conciliação em conflitos na área do Direito da Família, por meio da solução extrajudicial. **Inscrições até 25 de fevereiro.**

[Saiba mais](#)

DEU NA MÍDIA

Mutirão das Famílias é notícia em vários veículos

[Veja aqui os destaques](#)



BRUMADINHO

Em um ano, Acordo de Reparação ao rompimento de barragens tem avanços importantes para a região atingida

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG



Após um ano da assinatura, Acordo de Reparação tem avanços importantes, como obras e intervenções voltadas à compensação dos prejuízos, Programa de Transferência de Renda e Consulta Popular com a participação de mais de 10 mil pessoas. **Nove projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos outros 25 municípios considerados atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A. receberam ordem de início.** Estão previstas outras ações para diversificação econômica, especificamente em Brumadinho, com objetivo de reduzir a dependência dos municípios da atividade de mineração.

[LEIA + PÁGINAS 3 e 4](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

Defensoria Pública de MG avança no processo de proteção de dados pessoais

[PÁGINA 2](#)

Defensoria de Minas emite requisição à PBH pedindo esclarecimentos sobre adiamento da volta às aulas

[PÁGINA 2](#)

- > Escola Superior • Institucional [PÁGINA 2](#)
- > Ações em destaque [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Mundo oficial [PÁG. 6 e 7](#)
- > Publicações • Corregedoria-Geral [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

ESCOLA SUPERIOR • INSTITUCIONAL

DPMG dá início ao 11º Curso de Orientação e Preparação da nova turma de empossados do VIII Concurso

A Defensoria Pública de Minas Gerais abriu na segunda-feira (31/1) o 11º Curso de Orientação e Preparação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos em Estágios Probatórios da sexta turma das aprovadas e aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Instituição, empossados no último dia 28 de janeiro.

O curso é oferecido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG). Participam as defensoras públicas Amanda

Alves Buere Serafim, Janine Laís Moratelli e Larissa Vieira Jadjiski e o defensor Bruno Demétrio da Luz Tofanelli.

As atividades foram abertas pela chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, que deu boas-vindas aos participantes e apresentou, de forma geral, as atribuições da Chefia de Gabinete, como atuação administrativa, comunicação e agenda institucional.

Programação – O 11º Curso de Orientação e Preparação continua até o dia 25 de fevereiro de 2022. Na programação estão previstas apresentações da Subdefensoria Pública-Geral, Assessorias da Defensoria-Geral, Corregedoria-Geral, Conselho Superior, defensoras e defensores públicos orientadores, Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias, Superintendências, Associação de Classe e da Assessoria Militar da DPMG, além de representantes de outras instituições, como Poderes Executivo e Judiciário, Ministério Público, Polícia Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil. O curso contempla também temas e aspectos técnicos, como atuação no júri, processos eletrônicos, entre outros, além de práticas supervisionadas.

Foto: Isabel Daher/DPMG



Defensoria de Minas avança no processo de proteção de dados pessoais

Com a contratação da Encarregada de Dados, DPMG dá continuidade à implantação de medidas necessárias para o cumprimento da LGPD

A Defensoria Pública de Minas Gerais empossou na sexta-feira (28/1), Dia Internacional da Proteção de Dados, a Encarregada de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Rafaela Alvarenga Figueiredo. A nomeação busca acelerar o processo de adequação de medidas que garantam a proteção e segurança dos sistemas institucionais e das informações sob sua responsabilidade, em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

De acordo com Rafaela Figueiredo, os dados pessoais são a nova moeda mundial, e proteger cidadãos e cidadãos, resguardando os seus direitos de privacidade, passou a ser uma obrigação legal.

Com a nomeação, a Defensoria Pública de Minas busca acelerar o processo de adequação e também auxiliar seus membros e servidores (as) nas tomadas de decisões, visando à boa gestão da privacidade dos dados sob responsabilidade da Instituição.

Em abril de 2021, foi instalado o Órgão Encarregado

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Com formação jurídica, Rafaela Figueiredo possui diversas certificações internacionais em proteção de dados, tendo atuado como encarregada de dados no Tribunal de Contas de Minas Gerais.

do Tratamento de Dados Pessoais, com a finalidade de avaliar as implicações da LGPD na proteção dos dados armazenados nos sistemas institucionais e na atividade finalística da Instituição, em consonância com o artigo nº 41 da LGPD.

Em breve, a DPMG vai disponibilizar um canal de acesso próprio, para o atendimento amplo das questões relacionadas à privacidade e à proteção de dados.

AÇÕES EM DESTAQUE • BRUMADINHO

Governo e Instituições de Justiça dão ordem de início para 9 projetos de reparação socioeconômica na região atingida

O Governo de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) aprovaram os primeiros projetos de reparação socioeconômica em Brumadinho e nos outros 25 municípios considerados atingidos pelo rompimento das barragens da Vale S.A., ocorrido em janeiro de 2019. Os projetos serão executados pela Vale.

As ordens de início foram divulgadas no dia 31 de janeiro. A primeira é referente a nove projetos dos anexos 1.3 (25 municípios) e 1.4 (Brumadinho), que fazem parte do pacote de execução extraordinária do texto do Acordo Judicial de Reparação, assinado em fevereiro de 2021, e contemplam ações nas áreas de Saúde, Desenvolvimento Social e Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os investimentos totais para esses projetos somam R\$ 201 milhões.

Além desses projetos, estão previstas, especificamente em Brumadinho, ações para diversificação

econômica com o propósito de reduzir a dependência dos municípios da atividade de mineração: este é o objetivo principal do projeto “Distrito Industrial”, que vai criar espaço e oportunidades para novas empresas se instalarem no município. Para a implementação, os órgãos técnicos competentes elaboraram um conjunto de diretrizes a serem seguidas pela Vale no detalhamento dos projetos.

“É um momento chave na execução do Acordo de Reparação. Representa o início concreto da implementação dos projetos de fortalecimento dos serviços públicos nos territórios atingidos. Em conjunto com as instituições de Justiça, fiscalizamos dia e noite para que a Vale cumpra todos os cronogramas físicos e financeiros, na execução desta parte do Acordo”, afirmou o coordenador-geral do Comitê Pró-Brumadinho e secretário adjunto de Planejamento e Gestão, Luís Otávio Milagres de Assis.

[Leia na íntegra](#)

Foto: Arquivo DPMG



Defensoria Pública de Minas atua no acolhimento e atendimento à população atingida desde as primeiras horas após o rompimento

Em um ano, Acordo de Reparação tem avanços importantes

Na sexta-feira (4/2) a assinatura do Acordo Judicial de Reparação aos danos provocados pelo rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho completou um ano. Com foco principal na reparação da região atingida, o acordo conta com valor global de R\$ 37,6 bilhões.

Neste primeiro ano, avanços importantes foram conquistados na execução das ações, tendo como destaque o início de nove projetos de reparação socioeconômica e o Programa de Transferência de Renda, operacionalizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com R\$ 4,4 bilhões de recursos garantidos e que já foi iniciado com mais de 100 mil beneficiados.

Em relação aos 49 projetos, cuja a execução é de responsabilidade do Governo, 28 já estão em andamento, inclusive, 18 obras. O Acordo é voltado especialmente para a reparação em Brumadinho e os outros 25 municípios atingidos.

O Acordo Judicial visa reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, que tirou a vida de 272 pessoas e gerou uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos na bacia do Rio Paraopeba e em todo o Estado de Minas Gerais.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE • BRUMADINHO

Em um ano, Acordo de Reparação tem avanços importantes - *continuação*

Assinado entre os compromitentes – Governo de Minas, Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) – e a compromissária Vale S.A., e mediado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Acordo Judicial não impacta ou impossibilita o prosseguimento das ações judiciais individuais, que eventualmente estejam em andamento, ou as que podem ser futuramente ajuizadas, bem como o processo criminal em relação às vítimas.

“É de se destacar na construção e execução deste Acordo que, desde as primeiras rodadas de negociação, priorizou-se o diálogo, a transparência e, principalmente, a participação ativa das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem em toda a sua área de extensão. Seguiremos firmes nessa conduta de praticar a escuta em nosso campo de trabalho, de sempre dar vez e voz à população, o que fazemos desde o dia da tragédia, em 25 de janeiro de 2019”, ressalta o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares.

Obrigações de fazer e pagar – Os R\$ 37,6 bilhões previstos no Acordo são divididos em “obrigações de fazer da Vale”, quando a empresa vai pagar e executar, e “obrigações de pagar da Vale”, em que a empresa repassa os recursos para a execução dos projetos.

Os projetos de execução do Governo contam também com ações relevantes já executadas. Informações sobre a execução de cada um deles podem ser acompanhados no painel de monitoramento dos Anexos III (Programa de Mobilidade) e IV (Programa de Fortalecimento do Serviço Público).



Defensora e defensor público prestam orientações jurídicas gratuitas à população da região atingida

Fotos: Arquivo DPMG



Atendimento na sede da Defensoria de Minas, em Brumadinho

A execução das obrigações de fazer da Vale são acompanhadas por auditorias externas independentes e monitoradas pelos compromitentes do acordo. A Fundação Getúlio Vargas foi contratada para fazer a auditoria socioeconômica – fiscalização dos projetos que serão executados nos 26 municípios atingidos.

Detalhamento dos projetos – Os projetos, depois de apresentados às pessoas atingidas, seguiram para a fase de detalhamento, pela Vale, e posterior análise pela auditoria socioeconômica, tendo manifestação favorável ao início. Ainda neste grupo de projetos, nos primeiros meses deste ano novas ordens de início serão dadas. Três em Brumadinho e seis para os outros 25 municípios atingidos já receberam ordem.

Para definição dos demais projetos dos anexos I.3 e I.4, foi realizado um amplo processo de consulta popular em todos os municípios atingidos, que contou com a participação de mais de 10 mil moradores. A partir dos resultados da priorização e do diálogo com os municípios, os compromitentes definirão os próximos projetos que serão detalhados pela Vale e, depois de aprovados pela auditoria, implementados nos municípios atingidos. A previsão de definição da próxima onda de projetos é o primeiro semestre de 2022.

A coordenação deste projeto é feita pelas Instituições de Justiça e os valores estão sendo depositados em juízo.

Todas as informações sobre a execução do Acordo de Reparação podem ser consultadas no probrumadinho.mg.gov.br

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas emite requisição à PBH pedindo esclarecimentos sobre adiamento da volta às aulas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) enviou Requisição Administrativa à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), datada de 31 de janeiro de 2022, pedindo esclarecimentos sobre os motivos que levaram à suspensão do início das aulas escolares presenciais para alunas e alunos com idade entre 5 e 11 anos. Decreto da PBH, publicado em 28/1/2022, adiou para o dia 14 de fevereiro a volta às aulas para crianças desta faixa etária.

O requerimento, assinado pelo defensor público Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, em atuação na Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Dedica-Cível-BH), pede também que sejam fornecidos os dados epidemiológicos e documentais que fundamentaram a decisão. O documento requer ainda que sejam prestadas informações sobre como o Município pretende cumprir os 200 dias letivos obrigatórios por lei. Em razão da urgência que o caso exige, a requisição fixa prazo até 7 de fevereiro para que a Prefeitura se manifeste. A DPMG tem como premissa buscar a solução extrajudicial para a questão.

Paralelamente, em ofício encaminhado também no dia 31 de janeiro à secretária municipal de Educação de Belo Horizonte, Ângela Loureiro de Freitas Dalben, o defensor público Wellerson Corrêa solicitou que sejam respondidas outras questões relacionadas à previsão ou não de antecipação, possibilidade de prorrogação para o reinício das aulas, planejamento do retorno presencial ou de reposição das aulas, exigência de comprovação da vacinação, entre outras.

[Clique aqui para ler a requisição.](#)

[Clique aqui para ler o ofício.](#)



Questionamento à PBH sobre adiamento das aulas é notícia em vários veículos

[Acesse aqui os destaques](#)

DPMG ingressa com medida protetiva em favor de idosa que sofria agressões psicológicas dentro de casa

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) atuou no caso de A.T., uma idosa em situação de vulnerabilidade, moradora da cidade de Boa Esperança. Ela procurou a unidade da Defensoria no município, no último dia 17 de janeiro, em busca de apoio às violências verbais e psicológicas cometidas contra ela.

A assistida, de 66 anos, vive em uma chácara com outras quatro pessoas, dentre elas um filho menor de idade e um dos irmãos, do qual ela é curadora. A denúncia feita na Defensoria diz respeito a outro irmão da vítima que, segundo declarações, mora com ela e rea-

lizava ameaças e agressões verbais e psicológicas com frequência.

De acordo com o defensor público Rodrigo Parente Ferreira Dias, que esteve à frente do atendimento do caso, eram violados direitos como saúde, dignidade, respeito e convivência comunitária da idosa, infringindo os direitos presentes no Estatuto do Idoso. Foi ingressado o pedido de medida protetiva em favor da vítima, solicitando o afastamento do agressor do lar e a proibição de aproximação de até 200 metros da assistida. O pedido da medida foi deferido pelo Poder Judiciário no dia 26 de janeiro.

Defensoria em Janaúba arrecada cestas básicas para famílias carentes na cidade



A defensora pública Claudijane Gomes, junto aos pastores missionários, Roberto e Sônia

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Janaúba, por meio da criação de uma campanha de arrecadação, fez a distribuição de 17 cestas básicas às famílias carentes do município.

A entrega foi realizada pela defensora pública Claudijane dos Santos Gomes, em atuação na comarca de Janaúba, aos pastores missionários que realizam trabalhos sociais junto à Comunidade Pedra Preta.

Por meio da divulgação da campanha, as doações foram realizadas e distribuídas nesta semana.

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral participa de troca de comando na Academia da Polícia Militar de MG

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da solenidade de transmissão e assunção de comando conjunto da Academia de Polícia Militar, Centros e Escolas. A cerimônia aconteceu na sexta-feira (4/2), na Academia de Polícia Militar, em Belo Horizonte.

O coronel Eugênio Pascoal da Cunha Valadares é o novo comandante da Academia de Polícia Militar. Os outros postos de comando foram assumidos pelos seguintes oficiais: no Centro de Administração de Ensino, o tenente-coronel Newton Arlem Eleutério; no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, o tenente-coronel Vanderlan Hudson Rolim; na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, o tenente-coronel Henrique Chaves Aleixo; na Escola de Formação de Oficiais, o tenente-coronel Luiz Faustino Marinho Júnior; e na Escola Formação de Soldados assumiu o tenente-coronel Halysson Claudino Câmara dos Santos.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Defensoria Pública de Minas participa de lançamento do projeto Novo Socioeducativo

Foto: Claudinei Souza/DPMG



O assessor Institucional da DPMG, Wilson Hallak (à direita), juntamente com a ministra Damares Alves, do MMFDH, e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco

O assessor Institucional da Defensoria-Geral, Wilson Hallak Rocha, representou o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, no lançamento do projeto Novo Socioeducativo. A solenidade foi realizada na quarta-feira (2/2), na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

O projeto propõe um novo modelo para o atendimento e a gestão em centros socioeducativos do país, e Minas Gerais será um dos estados a receber o piloto. O estado contará com duas novas unidades de internação de proposta inovadora, em Betim e Santana do Paraíso, com 90 vagas cada. A iniciativa é do Governo Federal, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia (SPPI) e Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP-CAIXA), em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS).

Chefe de Gabinete representa a DPMG na posse da nova diretoria da Associação Mineira do Ministério Público

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, representou o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares na solenidade de posse da diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) para o biênio 2022-2024. O presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), defensor público Fernando Campelo Martelleto, também esteve presente na cerimônia.

O evento aconteceu na noite da quinta-feira (3/2), quando a promotora de Justiça Larissa Rodrigues do Amaral tomou posse como presidente da entidade, a primeira mulher a comandar a AMMP nos 68 anos de sua existência.

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Raquel da Costa Dias e a nova presidente da AMMP, promotora Larissa do Amaral

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública de Minas participa de encontro para articular ações em defesa da mulher em situação de violência

A defensora pública auxiliar do Gabinete-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Samantha Vilarinho, também coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, representou a Defensoria Pública de Minas

Foto: Isabel Daher/DPMG



Gerais no Encontro do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid).

O evento foi realizado na quinta-feira (3/2) no Edifício-sede do TJMG em Belo Horizonte, reunindo magistradas e magistrados à frente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar dos Tribunais de Justiça do país. A iniciativa teve por objetivo impulsionar a articulação do Colégio de Coordenadores junto aos órgãos que atuam com políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, além de fomentar e implantar, nas Coordenadorias da Mulher de cada estado, ações e projetos voltados para prevenção, punição e erradicação da violência doméstica e familiar.

A coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da DPMG, defensora pública Samantha Vilarinho (2ª posição, a partir da esquerda), durante o Cocevid

CORREGEDORIA-GERAL

Correições extraordinárias em Defensorias da Saúde

A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais informa que irá instalar e realizar correição extraordinária na 1ª, 2ª e 3ª Defensoria Pública de Saúde, no dia 15 de fevereiro, a partir das 9 horas.

A sessão será aberta à participação dos defensores públicos, magistrados, promotores de Justiça, advogados, serventuários, demais autoridades, assistidos e interessados em geral. Na oportunidade, serão recebidas sugestões e eventuais reclamações sobre as atividades dos membros da Instituição.

[Veja aqui o Edital da 1ª, 2ª e 3ª Defensoria de Saúde](#)

PUBLICAÇÕES

Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília lança a 1ª edição de 2022 do boletim 'Drops dos Tribunais'

O Núcleo de Atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais junto aos Tribunais Superiores lançou a 1ª edição de 2022 do boletim informativo "Drops dos Tribunais", referente ao mês de janeiro. Entre outras decisões e atuações, a publicação deste mês traz a decisão em relação ao direito à usucapião extraordinária, e da obrigatoriedade de requerimento do réu no caso de abandono da causa pelo autor.

[Clique aqui para ler.](#)

O "Drops dos Tribunais" é um informativo digital e periódico para divulgação de decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, trazendo também informações acerca do trabalho realizado, em Brasília, pelo GAETS.

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

GABINETE DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Serviço de Atendimento Processual (SAP) da DPMG na unidade de Teófilo Otoni

[Resolução n.574/2022](#)

Alteração do nome e da composição da Comissão de Gestão de Documentos (CGD), criada pela Res. 281/2020

[Resolução n.585/2022](#)

[Veja aqui a Resolução n.281/2020](#)

Alteração da Res. 413/2021, que regulamenta a conversão dos dias não gozados de crédito decorrentes do exercício de plantões, atividades finalísticas e administrativas extraordinárias

[Resolução n.588/2022](#)

[Veja aqui a Resolução n.413/2021](#)

Abertura de consultas de cooperação voluntária e temporária

- **Varginha – Defensoria do Juizado Especial e Turma Recursal da Unidade, exclusivamente nas demandas que envolvam saúde.** Início em 8/fev./2022 e previsão de término em 8/ago./2022, podendo ser prorrogado. Inscrições até às 23h59 do dia 7 de fev. 2022

[Resolução n.576/2022](#)

- **Belo Horizonte – 1ª Defensoria dos Juizados/Juizado Especial da Fazenda Pública.** Período de 10/02/2022 a 17/02/2022, em regime de cooperação integral.

Inscrições até às 23:59 do dia 7 de fev. 2022

[Resolução n.577/2022](#)

- **São Lourenço – acumulação compartilhada nas demandas de saúde.** Início em 9/fev./2022 e término em 9/ago/2022, podendo ser prorrogado.

Inscrições até às 23:59 do dia 8 de fev./2022

[Resolução n.578/2022](#)

- **Betim – Mutirão de atendimento jurídico no Ceresp I.** Entre os dias 21 a 25/02/2022.

Inscrições até às 12h do dia 8 de fev./2022

[Resolução n.581/2022](#)

- **Janaúba – Acumulação compartilhada na Defensoria de Família e Sucessões.** Previsão de início em 12 fev. e término em 12/mar./2022, podendo ser prorrogado.

Inscrições até às 13h do dia 9 de fev. 2022

[Resolução n.582/2022](#)

- **Juiz de Fora – Por acumulação compartilhada na 2ª Defensoria Cível.** Início em 11/fev. e previsão de término no dia 11/ago./2022, podendo ser prorrogado.

Inscrições até 23:59h do dia 8/fev./2022

[Resolução n.586/2022](#)

Abertura de inscrição para o Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise – Formação da lista tríplice

Inscrição até as 13h do dia 9/fev./2022.

[Resolução n.583/2022](#)

Abertura de inscrição para a Coordenadoria Estratégica em Tutela Coletiva (CETUC)

Inscrição até 13h do dia 11/fev./2022.

[Resolução n.589/2022](#)

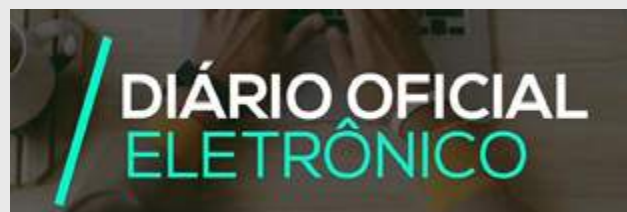
CONSELHO SUPERIOR

Edital para inscrições – composição da lista tríplice para Corregedor-Geral – 2022-2024

Das 8h do dia 22/2/2022 até às 18h do dia 1/3/2022.

[Deliberação n. 221/2022](#)

Mais publicações no DODP/MG clicando na imagem



COORDENADORIA CRIMINAL DA CAPITAL

Retificação: novo resultado do sorteio para participação no plantão de eventos esportivos do dia 20 de fevereiro

No dia 31 de janeiro de 2022, foi realizado novo sorteio, pelo site www.sorteios.org, para retificação do resultado do dia 20 de janeiro de 2022.

[Leia mais](#)

COOPROC

Mutirão das Famílias 2022

Memorando Circular nº 02/2022, divulgado no dia 2 de fevereiro, traz informações importantes sobre a divulgação da iniciativa, período de inscrições, sessões de conciliações, dúvidas frequentes e pós-mutirão. Acompanha planilha para controle de inscrições que, ao final do prazo previsto, deve ser encaminhada à CooProC para acompanhamento e arquivo.

[Leia mais](#)

continua >>

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DESITS CRIMINAL

Alteração de e-mail

A coordenação da Defensoria Pública Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores-Criminal (Desits-Criminal) comunica que a partir de 1º de março o e-mail **decrim2@defensoria.mg.def.br** SERÁ DESATIVADO.

O e-mail utilizado para atender às demandas será o **desits.criminal@defensoria.mg.def.br**

ESCOLA SUPERIOR



Capacitação para uso do SEI

A Escola Superior (Esdep-MG) disponibiliza o curso de capacitação de uso do SEI (Sistema Eletrônico de Informações). São 20h/aula, por meio da plataforma ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), de forma gratuita e online, trazendo as principais funcionalidades do SEI.

Sua realização é obrigatória para defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores, funcionárias e funcionários da área administrativa.

A inscrição pode ser feita a qualquer momento e as aulas ficam disponíveis por 20 dias, após o início. Ao final, será emitido o certificado de conclusão, que deve ser encaminhado para o e-mail: **escolasuperior@defensoria.mg.def.br**

Inscrição e outras informações estão disponíveis no link:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/74>

CDI/CÂMARAS DE ESTUDOS

Tutorial mostra como acessar e navegar na Base de Conhecimento

Vídeo explicativo tem o objetivo de facilitar o acesso às informações inclusas na aba “Base de Conhecimento”, localizada no menu superior, à direita, no portal **Gerais**. Mostra como o conteúdo pode ser acessado e dá dicas de navegação.

[Confira aqui o tutorial para acesso.](#)

SGPSO INFORMA

Registro de frequência MGS

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional reitera a todos os funcionários da MGS a estrita observância às regras de registro de frequência, conforme regulamento da empresa. De acordo com novo regulamento da empresa, todos os registros das justificativas em relação a ocorrências e abonos de ponto, quando cabíveis, deverão ser registrados pelos Funcionários, Diretores e/ou Coordenadores impreterivelmente até o 3º (terceiro) dia útil do mês, via Portal da MGS, sob pena de desconto salarial pela empresa.

A SGPSO está à disposição para prestar orientações e esclarecimentos que forem necessários, e conta com a colaboração de todos.

A partir de 01/02, novos e-mails para atendimento das demandas de pessoal

A partir de 01/02/2022 o e-mail **peessoal@defensoria.mg.def.br** FOI DESATIVADO. Novos e-mails estão sendo utilizados para atender as demandas de pessoal.

[Leia mais](#)

// _____